

SINOPSE DE REUNIÃO

“Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura”

Documentos convocatórios: Ofício CBHLSJ nº 47/2026, de 20 de março de 2026.

Data: 01/04/2026

Hora: 14h30minh

Local: Auditório da UERJ - Campus Cabo Frio

Membros: Leonardo Sandre Oliveira (Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo); Breno Bento dos Santos (Prefeitura de São Pedro da Aldeia); José Carlos Teixeira e Evanildo Azeredo Sena (Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas); Carlos Alberto Cardoso de Oliveira (ANOLAVI); Irene Alves de Mello (ALA); Francisco da Rocha Guimarães (APASLA); Roni Ribeiro (APAGPLA); Aline Silva Araújo (Prolagos); Mariana Loureiro Lima de Arruda Botelho e Aline Thomasi da Silva (FIPERJ); Fábio Oríguela de Lira (ACIASPA); Pablo Jardim dos Santos (Prefeitura de Cabo Frio).

Convidados: Luiz Carlos Cirino (Prefeitura de Iguaba Grande); Monique Gonçalves (Prefeitura de Cabo Frio); Paulo Ricardo Medina (GMA Cabo Frio); Leonardo de O. Silva (Prefeitura de Iguaba Grande); Matheus Ribeiro e Arivaldo Nunes (Prefeitura de Iguaba Grande); João Luís S. de Oliveira e Pedro Corrêa (SEMAS); Mariana Ricci (Prefeitura de Cabo Frio); Roberta Moraes (Prolagos); Fábio Alexandre (Prefeitura Iguaba Grande); Pérola Vantine (CILSJ); Roberta Costa (CILSJ); Pedro D. (Prefeitura de Iguaba Grande) e Yamara F. Melo (CILSJ).

Pauta:

- 1. Aprovação das sinopses; 18/08/2025; 24/09/2025; 16/10/2025 e 18/11/2025.***
- 2. Compra de Equipamento de CONTENÇÃO para a Dragagem;***
- 3. Aprovação do Projeto da draga chupa-lama (draga de sucção);***
- 4. Ofício acerca do gancho da Ilha do Macaco;***
- 5. Fiscalização Integrada da Laguna de Araruama;***
- 6. Assuntos Gerais.***

Resumo:

No dia 1º de abril de 2026, às 14h30, teve início a reunião do CT Pesca, coordenada pelo Sr. Francisco Guimarães (APASLA). Como primeiro ponto de pauta ***1 - Aprovação das sinopses; 18/08/2025; 24/09/2025; 16/10/2025 e 18/11/2025*** procederam-se à aprovação das sinopses das reuniões anteriores, realizadas nas seguintes datas: 18 de agosto de 2025, 24 de setembro de 2025, 16 de outubro de 2025 e 18 de novembro de 2025. Foi questionado se alguém gostaria de alterar algo e não havendo manifestações as ATAS foram aprovadas pelos membros presentes. Em seguida com o item ***2- Compra de Equipamento de CONTENÇÃO para a Dragagem*** - referente à aquisição de equipamentos de contenção voltados às atividades de dragagem. Nesse contexto, o Sr. Francisco Guimarães deliberou sobre a necessidade de aquisição de membranas de contenção tanto para o material dragado quanto para a matéria orgânica oriunda da dragagem na Praia do Siqueira e demais projetos de dragagem a serem executados futuramente. Ele

esclareceu que ainda não tem valores mas que não se trata de um equipamento caro e que o recurso seria proveniente da CT Pesca. O Sr. Francisco também sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho (GT), composto por até quatro integrantes, com a finalidade de realizar um levantamento de informações, quantos metros seriam necessários para a dragagem, profundidade da draga, altura e especificações técnicas. O Sr. Pablo falou que acompanharam uma visita técnica do Inea, onde sugeriram o uso de drone para acompanhar a operação da draga e assim constatar dispersão de sedimentos durante a ação. O Sr. Francisco ressaltou que o GT teria o objetivo de fazer o levantamento do material e valores, e posteriormente enviar as informações obtidas por e-mail, incluindo sugestões, e em seguida seria realizada uma assembleia da Plenária e reforçou a importância de se ter um equipamento de contenção para os sedimentos oriundos da dragagem e de atividades similares. O Sr. Pablo sugeriu a possibilidade de se contatar a Prolagos, pois eles teriam material semelhante que serviria para qualquer atividade de dragagem; neste ponto o Sr. Francisco solicitou que a sugestão fosse apresentada como proposta, podendo ver a aquisição de um próprio ou solicitar à Prolagos a viabilidade de concessão do equipamento, destacando que a rede membrana é amplamente utilizada para esta finalidade, reduzindo o impacto na Praia do Siqueira. O Sr. Fábio Origuela (ACIASPA) questionou se o planejamento para aquisição do equipamento previa manutenção e local de armazenamento, destacando a necessidade de atenção à gestão patrimonial dos equipamentos, enfatizando que, por se tratar de bem pertencente ao Consórcio, sendo necessário prever local adequado para armazenamento, bem como a implantação de plano de manutenção preventiva. O Sr. Francisco esclareceu que o Grupo de Trabalho sugerido teria este objetivo, visando analisar local, responsável pelo equipamento, quem realizaria a instalação. O Sr. Fábio quis confirmar que este equipamento seria bem do Consórcio e que é importante prever armazenamento adequado e demais cuidados. O Sr. Roni Ribeiro ressaltou que esta proposta já havia sido apresentada desde a primeira audiência pública da Praia do Siqueira, onde ao destacarem os problemas de dispersão de sedimentos, um profissional de São Paulo sugeriu o referido equipamento de contenção, mas que não tinha informações detalhadas sobre funcionamento e manutenção, destacando que se for bem cuidado, poderá reaproveitado. O Sr. Francisco retomou a questão da criação do GT para ser definido no máximo 4 pessoas com o objetivo de avaliar material e equipamento adequado. O Sr. Carlos Alberto (ANOLAVI) destacou que o assunto foi abordado desde a audiência e que só após o início da dragagem é que o tema foi pautado, quando deveria ter sido abordado previamente à operação. Ficou definido o Grupo de Trabalho composto pelos senhores Pablo Jardim, Roni Ribeiro e Breno Bento. Na sequência, o Sr. Fábio Origuela (ACIASPA) falou quanto à relevância de que o processo de aquisição seja conduzido de forma criteriosa e tecnicamente embasada, destacando como demasiadamente importante a constituição de equipe técnica especializada no âmbito do GT, de modo a garantir subsídios adequados à execução e efetividade da ação e sugeriu algum profissional ligado ao escritório da FIPERJ em Cabo Frio. Em resposta a Sra. Mariana Loureiro (FIPERJ) informou que, embora houvesse reconhecimento da pertinência da demanda, a instituição consultada não dispõe, no momento, de corpo técnico com atuação específica na área, comprometendo-se, entretanto, a realizar consulta interna para eventual identificação de profissionais aptos a contribuir. Seguindo para o terceiro item de pauta, **3- Aprovação do Projeto da draga chupa-lama (draga de sucção)** - O Sr. Francisco Guimarães iniciou o tema destacando que o assunto, já abordado anteriormente, tem relevância estratégica para intervenções em áreas assoreadas de baixa hidrodinâmica, bem como sua viabilidade financeira por meio do FECAN, com operação compartilhada entre as concessionárias a Prolagos, a Concessionária Águas de Juturnaíba (CAJ), com o objetivo de remover a lama presente nas enseadas, trazidas pelas correntes e o tempo-seco. Destacou que o equipamento exige cuidados com manutenção e operação. Ele informou que aguarda agenda para uma reunião com o

Secretário da ALERJ ao tempo em que se pode avançar com o projeto antes de ser apresentado ao mesmo. Em complemento, o Sr. Francisco Guimarães detalhou as especificações técnicas do equipamento, incluindo a capacidade de recalque de 1.500 metros e a escolha do diâmetro de seis polegadas para dispensar licenciamentos ambientais, enfatizando que o sistema water lift reduz custos de manutenção e amplia a vida útil do equipamento em ambientes de lodo denso, o projeto estruturante da draga de sucção denominada "Chupa-lama", do tipo CSD de seis polegadas, com 25 metros de comprimento, 140 toneladas, motor Mercedes de 110 HP e sistema water lift que impede a passagem de sedimentos pelo motor. O Sr. Francisco reforçou as fases do projeto contemplando o planejamento e licenciamento, aquisição e construção, operação, manutenção e monitoramento; e os custos envolvidos em cada fase, dividindo entre os envolvidos, sendo no 1º ano para a Prolagos e a CAJ (50% para cada) e a partir do 2º ano repartidos entre a Prolagos, a CAJ e o Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João (1/3 para cada). O Sr. Roni lembrou que esta demanda teve origem em reunião do Sub Comitê da Lagoa de Araruama, devido à situação crítica ocorrida na praia do Camerum e que devido a conflitos externos a demanda ficou em stand-by, demonstrando satisfação quanto ao retorno do assunto à pauta. Ele solicitou que a demanda retornasse ao SC Araruama para prosseguimentos e contribuições dos membros, visto que haveria reunião do dia 24 de abril. Após todos concordarem, ficou deliberado que a pauta retorne ao SC Araruama. O Sr. Francisco solicitou à analista técnica que enviasse a proposta a todos por e-mail. Em seguida, prosseguiu-se ao quarto item de pauta, **4- Ofício acerca do gancho da Ilha do Macaco**; onde o Sr. Francisco Guimarães informou que foi solicitado ao Ministério da Pesca informações sobre o gancho de pesca do Macaco, que originalmente era utilizado para pesca de carapicu e camarão, com parede máxima de 60m e que em determinado momento esse gancho acabou englobando a captura de tainha com uma parede de 180m justamente localizado no local onde se encontra a passagem da área 2 para a área 1 e também de reprodução e devido a isso, o Ministério Público Federal vetou este gancho na época, cassando sua licença. Ele informou que agora está sendo pedido para ser colocada novamente, que em uma reunião ocorrida em 2023 falaram que o referido gancho não ficava neste local, tendo todos os presentes à época, aprovado que o gancho só poderia voltar a pescar nas suas condições originais tradicionais. Desta forma, o Sr. Francisco indicou que havia trazido uma proposta de ofício para ser enviado ao Ministério da Pesca, o qual resumia o histórico da situação do gancho de pesca da Ilha do Macaco e seus conflitos, evidenciando práticas irregulares por parte de um operador que ampliou ilegalmente a estrutura de captura de 60 para 180 metros, configurando um sistema de trincheira que resultou na captura predatória de tainha. E que, diante do exposto e considerando que as modificações nas dimensões do gancho, bem como a indevida inclusão da tainha como espécie-alvo, prejudicam diretamente os pescadores tradicionais, cuja prática histórica sempre se voltou à captura de espécies rasteiras, notadamente o carapicu, que a presente Câmara Técnica delibera pelo retorno do gancho às suas condições originais. O Sr. Francisco destacou a Instrução Normativa e a diferença entre o gancho e uma trincheira, que não é permitida pela IN. E que o ofício alega que o gancho não pode permanecer desta forma devendo retornar ao formato de origem. Ele ainda falou sobre a proibição do referido gancho e como prejudica os pescadores tradicionais. O Sr. Roni Ribeiro alegou ter o relato do pescador envolvido e que iria solicitar autorização de uso deste relato, no qual o pescador agiu de má fé tornando o gancho de captura de camarão para captura de peixe justamente no principal local de passagem de peixes, pescando cerca de 50 toneladas de forma irregular, prejudicando os demais pescadores artesanais. O Sr. Francisco informou que exatamente por este motivo que estava sendo apresentado a minuta de ofício para o Ministério da Pesca, com o intuito de manifestar a discordância da CT Pesca quanto a permanência do referido gancho. O Sr. Roni informou que fizeram uma reunião em sua Associação, convidando a todos os proprietários de gancho e que

por unanimidade todos concordaram que não se trata de um gancho apropriado para pesca de tainha, evidenciando o uso aparente de má fé para pesca da espécie. O Sr Breno Bento apontou que as 50 toneladas pescadas por este gancho deveriam ter sido capturados de forma equilibrada por todos os pescadores devidamente adequados, manifestando sua indignação. O Sr. Francisco informou que na época realizam uma operação com helicópteros denominada “capitão gancho” para vistoriar a área. O Sr. Pablo informou que teria a ATA da reunião da Associação com os pescadores de gancho para ser anexada ao ofício. Seguindo para o item **5-Fiscalização Integrada da Laguna de Araruama;** O Sr. Francisco Guimarães solicitou a projeção do Acordo de Cooperação Técnica, procedendo à leitura do objetivo proposto. Informou que, em conversa com o Prefeito de Iguaba Grande, foi tratada a possibilidade de inclusão, no referido instrumento da Fiscalização Integrada, do monitoramento das saídas de esgoto, aproveitando a presença das equipes já mobilizadas na lagoa, tendo o Prefeito solicitado a elaboração de um modelo que contemplasse essa temática e outras consideradas pertinentes. Na oportunidade, o Sr. Francisco também pontuou a necessidade de correção quanto à menção a um grupo de trabalho da pesca, esclarecendo que tal instância não existe no âmbito do consórcio, e abordou a proposta de formação de um grupo coordenado para articular as operações da Fiscalização Integrada, com definição prévia dos membros responsáveis. O Sr. Leonardo Oliveira, representante da Guarda Ambiental de Arraial do Cabo, solicitou a palavra e informou que o acompanhamento de lançamentos de esgoto apresenta maior complexidade, em razão das condições de risco enfrentadas pelos agentes durante as ações fiscalizatórias. Destacou que operações conjuntas conferem maior segurança em comparação às vistorias isoladas e relatou episódio de violência ocorrido na Ponta do Ambrósio, no qual agentes foram agredidos durante operação, evidenciando a fragilidade das condições de trabalho e a necessidade de reforço institucional. O Sr. Pablo Jardim manifestou preocupação quanto à insegurança alimentar e financeira enfrentada pelos pescadores, relatando que, com o início do período de defeso, muitos perdem sua única fonte de renda justamente em períodos de alta demanda por pescado, como no caso citado, coincidente com o feriado da Semana Santa. Apontou, ainda, o atraso no pagamento do seguro-defeso, caracterizado por falta de sincronia entre o início da proibição da atividade e a concessão do benefício, situação considerada injusta. Destacou também a dependência de atravessadores, que adquirem o camarão por valores reduzidos e o revendem a preços significativamente superiores, configurando um dos principais entraves para a categoria. Registrou-se que a atual fragilidade é agravada pelo rigor das fiscalizações e auditorias nos pagamentos (glosas), decorrente de fraudes ocorridas em períodos anteriores, quando associações e colônias incluíram pessoas não pescadoras por motivos políticos, resultando em impactos negativos para os pescadores regulares, que enfrentam morosidade no recebimento dos benefícios. O Sr. Rony Ribeiro questionou se a equipe da Fiscalização Integrada possuía conhecimento das normativas de pesca, ao que foi esclarecido que esse era justamente o objetivo da reunião, qual seja, promover o alinhamento quanto às permissões e restrições vigentes. O Sr. Leonardo acrescentou que as normativas encontram-se disponibilizadas no grupo da fiscalização, permitindo consulta sempre que necessário. Ressaltou ainda que o controle de saídas de esgoto é atribuição dos municípios, e que sua inclusão no escopo da Fiscalização Integrada poderia dificultar a execução das atividades, que já apresentam elevado nível de risco no combate à pesca predatória. O Sr. Rony Ribeiro reforçou que os pescadores que utilizam gancho são os mais prejudicados durante o período de defeso do crustáceo, uma vez que pescadores de camarão passam a atuar na lagoa com uso de malhas, prática que, segundo a normativa, não é permitida. Relatou ocorrência no ano anterior em que um pescador abordado por um agente de fiscalização alegou que o uso de determinado tipo de malha era permitido. Solicitou, assim, maior atenção da equipe quanto ao tamanho das malhas utilizadas durante o defeso, sugerindo, se possível, a inspeção individual dos apetrechos, com concessão

de prazo para adequação em caso de irregularidades, esclarecendo que seu questionamento visava contribuir com a qualificação da fiscalização, e não depreciar o trabalho dos agentes. Destacou ainda a possibilidade de utilização estratégica de 47 câmeras de monitoramento instaladas nos pontos de pesca (“ganchos”) como ferramenta de apoio à fiscalização na área 2. O Sr. Francisco Guimarães reiterou que a fragilidade do processo de Fiscalização Integrada decorre, principalmente, da falta de segurança enfrentada pelos agentes ambientais, mencionando a existência de processo junto ao Ministério Público para apuração de ocorrência na qual o Sr. Leonardo foi alvo de agressão com varas durante operação na Ponta do Ambrósio, colocando em risco sua integridade física e a de outros agentes. Acrescentou que estão sendo discutidas alternativas para enfrentamento da situação, lembrando que, nos anos de 2013 e 2014, houve apoio mais robusto às ações, com a disponibilização de cinco viaturas terrestres e duas embarcações, o que contribuiu significativamente para a inibição da pesca predatória e para ações de educação ambiental. Ressaltou que o atual grupo da Câmara Técnica pode atuar no fortalecimento das ações por meio de capacitação, prevenção e treinamento das equipes. Na sequência, o Sr. Rony Ribeiro abordou a situação do camarão que habita o fundo da lagoa, destacando que, diante da elevada quantidade de lodo, seria pertinente a realização de análise de sedimentos para avaliar a viabilidade de sobrevivência de organismos nesse ambiente. Apesar das dificuldades apresentadas, o Sr. Francisco Guimarães destacou que a maioria dos pescadores respeita o período de defeso, mesmo diante da fiscalização efetiva e de ausência da garantia de recebimento do benefício, evidenciando elevado grau de consciência ambiental, mesmo em contexto de vulnerabilidade. Por fim, o Sr. Francisco registrou os municípios presentes na reunião — São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Iguaba Grande —, destacando a ausência de representantes do município de Araruama. Sugeriu a elaboração de um regimento interno para formalização do grupo de Fiscalização Integrada, com definição de coordenação, sendo indicado o Sr. Paulo Medina, da Guarda Ambiental de Cabo Frio, como coordenador operacional, com atribuições de estruturar o regimento do grupo, coordenar a logística operacional (incluindo retirada de lanches e embarcações), promover treinamentos com base na normativa vigente e articular ações conjuntas com as forças de segurança. Em seguida, dando prosseguimento ao item **6 - Assuntos Gerais**; - O Sr. Francisco Guimarães passou a palavra ao Sr. Evanildo Sena, da APESCARPGIN, para tratar da questão da embarcação apropriada para o Turismo de Base Comunitária, considerando a necessidade de baixo nível de ruído e o reduzido calado na região. O Sr. Evanildo iniciou sua fala apresentando as limitações impostas pelas áreas rasas da lagoa, destacando o problema do baixo calado e a questão da poluição sonora. Sugeriu a avaliação do uso de embarcações com propulsão limpa, como motores elétricos e sistemas à vela, visando reduzir o ruído e os impactos em áreas sensíveis. Ressaltou que as condições locais, caracterizadas por extensas áreas rasas, exigem a concepção de modelos específicos de embarcação, compatíveis com a realidade regional. Destacou, ainda, que motores convencionais, como os de rabeta e de centro, amplamente utilizados, geram elevado nível de ruído, sendo considerados incômodos. Assim, propôs a adoção de motores elétricos associados à propulsão à vela, aproveitando os ventos predominantes, o que contribuiria para uma navegação mais silenciosa, eficiente e alinhada aos princípios do turismo sustentável e de base comunitária, além de proporcionar melhor experiência aos visitantes. Na sequência, a Sra. Aline Thomasi, da FIPERJ, informou que o Instituto Federal Fluminense (IFF) de Cabo Frio desenvolveu um protótipo de motor que possivelmente atende a essa demanda, comprometendo-se a contatar o professor responsável pelo projeto para obtenção de mais informações. O Sr. Francisco Guimarães sugeriu à equipe da FIPERJ a elaboração de estudo sobre o tamanho adequado da malha de pesca, conforme apontado anteriormente pelo Sr. Rony Ribeiro. A Sra. Mariana, também da FIPERJ, reforçou a necessidade de atualização do estudo, destacando que a última referência é antiga e que o

tamanho mínimo permitido atualmente é de 9 mm. O Sr. Roni Ribeiro observou que a eficiência da malha varia conforme sua confecção e o local de uso, podendo resultar em maior ou menor captura. A Sra. Mariana ressaltou a importância de parcerias com universidades para subsidiar análises técnicas, ao que o Sr. Francisco sugeriu a formalização de convite às instituições acadêmicas para realização de novo estudo. Em continuidade, os membros debateram a necessidade urgente de atualização do estudo de seletividade de malhas, especialmente no comparativo entre malha 11 e malha 12, considerando que o acúmulo de lama no fundo lagunar estaria impactando o desenvolvimento do camarão, tornando a legislação possivelmente desatualizada. O Sr. Roni Ribeiro esclareceu que a normativa vigente exige o uso de malha 12, baseada em estudos antigos que podem não refletir as condições atuais da lagoa, sendo relatado pelos pescadores que tal malha não tem apresentado eficiência. Propôs-se, assim, a avaliação da viabilidade da malha 11, considerada mais adequada por parte significativa da comunidade. Por outro lado, o uso da malha 8 foi criticado, por possibilitar a captura de indivíduos muito pequenos, prejudicando o estoque pesqueiro. Diante do exposto, a Câmara Técnica deliberou pela necessidade de realização de novo estudo técnico de seletividade de malhas. A Sra. Mariana Loureiro sugeriu a formalização de parcerias com universidades, como UFF ou UERJ, destacando a necessidade de rigor metodológico para evitar distorções nos resultados. Adicionalmente, foi relatado que, embora a normativa permita o uso de malha de 40 mm para o rufo, há ocorrência de utilização de malhas de 20 mm e 30 mm por alguns proprietários de ganchos, configurando infração recorrente. Foram registradas críticas quanto à atuação da fiscalização, especialmente em relação à interpretação técnica das medidas autorizadas em áreas proibidas. O Sr. Pablo Jardim destacou que a presença de lama e de algas mortas (“alface”) interfere diretamente na seletividade das redes, uma vez que esses materiais aderem às malhas, reduzindo sua abertura e permitindo a captura de organismos de menor porte. Na sequência, o Sr. Francisco Guimarães apresentou diagnóstico técnico sobre a situação de drenagem e saneamento na região de Campo Redondo, evidenciando crescimento urbano desordenado da ordem de 558% nas últimas duas décadas, sem a correspondente ampliação da infraestrutura. Informou que há déficit de aproximadamente 99% na capacidade de escoamento hídrico, com vazão instalada de 9,8 m³/s frente à necessidade estimada de 123 m³/s, resultando em alagamentos recorrentes e lançamento de efluentes na laguna. Propôs plano de ação estruturado em curto, médio e longo prazo, contemplando limpeza emergencial de valas, implantação de galerias de grande porte e adoção de sistema separativo de esgoto, com encaminhamento do relatório aos órgãos competentes para priorização de investimentos. O Sr. Francisco Guimarães consultou os presentes quanto ao envio do relatório para aprovação no subcomitê de Araruama, ao que a Sra. Roberta Moraes, representante da Prolagos, sugeriu que o documento também fosse apresentado no processo de revisão do plano municipal de saneamento de São Pedro da Aldeia. O Sr. Fábio Origuela destacou a importância das áreas brejosas, ressaltando que estão sendo aterradas sem embasamento técnico, apesar de sua relevância ecológica, inclusive para espécies ameaçadas. Posteriormente, o Sr. Francisco Guimarães abordou o estudo de EVETEA para a lagoa, voltado ao transporte de passageiros pelo DNIT, informando que a proposta já havia sido aprovada, com publicação em Diário Oficial, prevendo a destinação de recursos federais para sua execução. Comunicou a solicitação de criação de Grupo de Trabalho com participação de pescadores, com a finalidade de acompanhar os estudos e a implantação do terminal de passageiros. Destacou que houve divergências quanto à definição do local de implantação, especialmente em relação à proposta de extensão do trajeto até a região do Parque das Garças, considerada tecnicamente limitada em função da baixa profundidade, o que demandaria dragagem extensiva e reduziria a viabilidade da alternativa. Informou que, diante disso, foi definido traçado alternativo utilizando o canal já existente da empresa Álcalis, que apresenta melhores condições estruturais, incluindo acesso consolidado, infraestrutura local e

atividades econômicas associadas. Por fim, foi informado que a publicação oficial da aprovação ocorreu na última segunda-feira, comprometendo-se o responsável a compartilhar o documento com os demais membros. Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada.

Registro Fotográfico:



Relator: Pérola Vantine, revisado por Yamara Melo.

Elaborado em: 17 de abril de 2026

Aprovado em: 17/07/2026



Assinado digitalmente via ZapSign por
Francisco da Rocha Guimarães Neto
Data 22/07/2026 09:11:54.438 (UTC-0300)

FRANCISCO ROCHA GUIMARÃES

Coordenador da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura
CBHLSJ

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 22 Julho 2026, 09:11:54

Status: Assinado

Documento: Sinopse_de_reunião_CT Pesca 01-04-2026.Pdf

Número: d3549a30-2039-4f46-aaf3-06c184736342

Data da criação: 21 Julho 2026, 09:44:40

Hash do documento original (SHA256): d97354cde522d814e90b69cdca6c476b900e85a0dbce60d86d71595765ab18c1



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

Assinado  via ZapSign by Truora FRANCISCO DA ROCHA GUIMARÃES NETO Data e hora da assinatura: 22/07/2026 09:11:54 Token: a682df1c-2a4c-4da6-88a2-753be71d9979		Assinatura  Francisco da Rocha Guimarães Neto	
Pontos de autenticação: Telefone: 5522999591043 E-mail: chicopescador2014@gmail.com		IP: 177.26.68.95 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) SamsungBrowser/30.0 Chrome/143.0.0.0 Mobile Safari/537.36	

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número d3549a30-2039-4f46-aaf3-06c184736342, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br